

ATO PÚBLICO – META, NÃO SE META NA NOSSA ELEIÇÃO

Organizações de direitos digitais e liberdade de expressão convocam ato pacífico na sede da Meta, em São Paulo, para protestar contra interferência da empresa no processo eleitoral brasileiro.

***EMBARGADO ATÉ DOMINGO, 18/10, ÀS 17H**

São Paulo, 18 de outubro de 2026 – Organizações da sociedade civil e movimentos sociais convocam a sociedade para um ato pacífico na sede da Meta, em São Paulo, para protestar contra a interferência da empresa no processo eleitoral brasileiro. O ato visa exigir não apenas o fim dos banimentos e restrições e mais transparência, mas também **reparação imediata dos danos** e o estabelecimento de **canais de apelação e proteção** para jornalistas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

A poucos dias do segundo turno das eleições presidenciais, se avolumam denúncias de que a Meta – dona do Facebook, Instagram, Meta AI, Threads e WhatsApp – está interferindo nas eleições brasileiras. Ao longo das últimas semanas, várias organizações têm documentado milhares de denúncias de perfis banidos, posts censurados, queda súbita de alcance, funcionalidades restritas sem explicação, IA classificando e recomendando candidatos, anúncios irregulares pagos em moeda internacional. **Os prejudicados, quase sempre, têm um lado: o de Luiz Inácio Lula da Silva.**

Remoção de conteúdos e redução de alcance impactam o debate público e a isonomia na disputa eleitoral. O Instagram é o [principal meio pelo qual](#) quase 70% da população brasileira se informa, e [91% dos brasileiros](#) usam o WhatsApp todos os dias. **O poder de comunicação concentrado na Meta é enorme, mas a empresa**, ao que tudo indica, **falhou em assegurar um ambiente justo para os dois candidatos nessa reta final das eleições.**

Até o momento, das 430 notícias de mais de 200 veículos compiladas pela plataforma [De Olho na Meta](#), que reúne a cobertura pública sobre a empresa nessas eleições, 97 apontam interferência e 46 desinformação. A plataforma também mostra que nenhum dos 10 compromissos assinados pela Meta perante o TSE para as eleições **está sendo totalmente cumprido.**

As evidências coletadas por pesquisadores e por organizações da sociedade civil são corroboradas por uma reportagem da Folha de S.Paulo, que revelou que [funcionários da empresa admitiram](#), em mensagens internas, que o perfil de Lula foi prejudicado por restrições. A própria Meta, então, foi forçada a assumir que discriminou o candidato do PT – [mas atribuiu tudo](#) a "problemas técnicos".

As big techs estão aliadas com a extrema direita no Brasil e com Donald Trump nos EUA, diretamente interessado nos resultados da nossa eleição. A Meta tem histórico de influenciar resultados de eleições pelo mundo, começando pelo escândalo Cambridge Analytica em 2016 nos EUA, e [chegando à nossa vizinha Colômbia](#) neste ano, onde a falta de regulação e a suspensão do programa de checagem de fatos resultou numa onda de desinformação que favoreceu o candidato de extrema-direita nas últimas eleições, [segundo especialistas](#). Por isso, temos razões suficientes para desconfiar que exista, sim, uma intervenção da empresa para modular o debate público de forma favorável a Flávio Bolsonaro.

Mas, ainda que seja verdade a desculpa de "problema técnico", **é inaceitável que uma empresa do porte e da importância da Meta cometa erros tão primários, violando frontalmente a legislação de um país e prejudicando um processo eleitoral** – e, por consequência, a nossa democracia.

É por isso que vamos para a rua.

As resoluções do Tribunal Superior Eleitoral para as eleições de 2026 determinam a cooperação das plataformas para garantir a isonomia da disputa, mas o tribunal tem falhado em garantir que isso aconteça. Obrigou a Meta a não discriminar nenhum dos dois candidatos, sob pena de uma multa diária de R\$ 500 mil – valor irrisório perto dos lucros da Meta. Para se ter uma ideia, só nessas eleições, a big tech já faturou R\$ 282 milhões – foi a empresa que mais recebeu pagamentos diretos de candidaturas, segundo dados do TSE. **A penalidade também é ínfima diante do que a empresa tem a ganhar com a eleição de um candidato abertamente contrário à regulação de plataformas** – e do que vale a nossa democracia.

É preciso ir além, e esse é o momento de exigir, mais do que respostas, **proteção e reparação**.

O Ministério da Justiça acionou a Agência Nacional de Proteção de Dados e o Ministério Público Federal para apurar possíveis irregularidades na conduta da Meta, apontando a falta de transparência sobre os critérios na remoção de conteúdos e suspensão de contas. A deputada Érika Hilton (Psol-SP) também protocolou um pedido de CPI para averiguar a interferência das big techs nas eleições.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do MPF já [abriu um procedimento para investigar a Meta](#), após denúncia da CTRL+Z, Conectas Direitos Humanos, ARTIGO 19 Brasil e América do Sul e Sleeping Giants Brasil, por violações à liberdade de expressão, à participação pública e ao direito de informação no período eleitoral. A procuradoria exigiu que a Meta informe a natureza, a data, a duração e a motivação específica de cada restrição aplicada aos perfis mencionados na representação. O prazo para a Meta responder à procuradoria é na segunda-feira, 19, e **nós vamos buscar essa resposta pessoalmente**.

Também entregaremos uma notificação extrajudicial a **Conrado Leister, diretor-geral da Meta no Brasil**, exigindo:

- Exibição de um anúncio na forma "Megafone" a todos os usuários brasileiros de Instagram explicitando que falhas durante as eleições de 2026 afetaram a distribuição e a disponibilidade de conteúdos de usuários e de campanhas no Brasil, prejudicando, em especial, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, com pedido de desculpas;
- Banimento imediato de anúncios eleitorais ilegais pagos do exterior; restituição de toda a receita proveniente de anúncios eleitorais irregulares, tornando público o montante e a destinação;
- Implementação de painel público de transparência, atualizado em tempo real, com o número de contas banidas, posts removidos e anúncios recusados/aprovados;
- Disponibilização de canal público de revisão conduzido por pessoas, com resposta imediata durante o período eleitoral, e restauração imediata dos conteúdos removidos e as contas banidas por manifestação política legítima;
- Fim da prática de shadowban e de redução seletiva de alcance; qualquer limite deve ser notificado, com motivo específico e canal de apelação;
- Realização de auditoria independente, abrangente e proativa dos algoritmos de recomendação;
- Fim das remoções em massa e sem recurso;
- Proteção especial a jornalistas, veículos de comunicação, movimentos sociais e organizações da sociedade civil;
- Preservação de todos os logs de moderação, registros de decisão e dados de entrega de conteúdo, mantendo-os disponíveis para auditoria pelo TSE, Ministério Público e sociedade civil.
- Instauração de apuração interna das violações já ocorridas, identificando os responsáveis, tornando públicos o resultado e as medidas disciplinares adotadas – incluindo a substituição ou renúncia dos envolvidos nas falhas graves.

O ato **Meta, não se meta na nossa eleição** é fruto da articulação conjunta das organizações CTRL+Z, Código Não Binário, Artigo 19, Diracom, Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e Sleeping Giants Brasil.

"Temos visto 'falhas técnicas' da Meta em todos processos eleitorais recentes apesar de seus compromissos, sempre insuficientes. Dessa vez não ficaremos em silêncio ou esperando o judiciário. O que aconteceu contra Lula foi inaceitável e o momento é decisivo. Não vamos admitir qualquer tipo de interferência em nossas eleições", diz Veronyka "Travahacker" Gimenes, cofundadora da organização Código Não Binário e uma das organizadoras do evento. "Queremos respostas efetivas sobre os problemas que aconteceram mas também reparação imediata e que se apurem também os responsáveis."

O mundo está de olho nas eleições brasileiras. [O tema foi destaque no New York Times](#). Mais de 150 pessoas [realizaram um ato na sede internacional da Meta](#), em Dublin, exigindo que a empresa não interfira nas eleições brasileiras. [Mais de 100 entidades internacionais](#) já assinaram a carta que aponta violações sistemáticas às regras eleitorais por big techs e pede monitoramento da ONU e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

"Estamos vendo uma onda regressiva acontecendo no mundo, tanto com a ascensão da extrema direita em diversos países, quanto com uma aliança política entre a extrema direita e as big techs. A mobilização internacional é uma demonstração da relevância das eleições brasileiras no mundo, e também da imensa preocupação que a comunidade global tem com o lugar das big techs em processos eleitorais em geral", diz Daniela da Silva, diretora executiva da CTRL+Z e uma das organizadoras do evento.

O tempo é curto. Temos poucos dias para garantir um espaço público mais justo nesse segundo turno das eleições, e não daremos nenhum passo para trás.

INFORMAÇÕES

Meta, não se meta na nossa eleição – ato na sede da Meta em São Paulo

LOCAL

Prédio da Baleia – B32

Av. Brig. Faria Lima, 3732 – Itaim Bibi

DATA

Segunda-feira, 19 de outubro de 2026

HORÁRIO

Concentração: 16h

Ato: 17h–20h

SITE

www.naosemeta.com.br

IMPREENSA

contato@ctrlz.org.br

comunicacao@article19.org

contato@codigonaobinario.org